



As emergências étnicas indígenas no Nordeste no Cenário político e social brasileiro

DEISIANE DA SILVA BEZERRA^{1*}

deisybezerra@hotmail.com

Resumo: Interessa-nos evidenciar o ambiente social, cultural e político em que ocorre a organização dos povos indígenas, mais especificamente os índios no Nordeste; bem como, o contexto histórico que favorece a constituição de alianças interétnicas a partir dessa organização; e que por fim, resultam nas mobilizações indígenas a fim do reconhecimento de seus direitos. Para melhor entender o desencadeamento das situações acima citadas é fundamental pesquisar os aspectos, no que se refere às décadas de 1920 a 1940, momento histórico em que ocorreu a emergência étnica dos Fulni-ô em Águas Belas (PE), seguida de outros povos indígenas. Para essa discussão, nos fundamentaremos em autores como Jorge Ferreira, Boris Fausto, Edson Silva, José Maurício Arruti e Michel de Certeau. Utilizaremos fontes documentais disponíveis no acervo do Memorial Pe. Alfredo Dâmaso (Bom Conselho/PE).

Palavras-chave: Emergências étnicas. Cenário político. Índios.

Introdução

Os anos 1920 são o ponto de partida para este estudo, visto que, em 1921 os Fulni-ô, primeiro povo indígena do Nordeste a conquistar seu reconhecimento étnico no Século XX, articularam-se com o Padre Alfredo Pinto Dâmaso, quando este partiu “dos sertões de Pernambuco” para a cidade do Rio de Janeiro afim de estabelecer um diálogo com o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, o órgão oficial responsável pelo reconhecimento dos índios, bem como pela sua tutela. (DÂMASO, 1931)

Até então, o órgão indigenista oficial estava voltado principalmente para as Regiões Centro-Oeste e Norte do país, com o objetivo inicial de promover uma nova colonização no território brasileiro, nacionalizando os espaços que ainda não havia sido alcançados. Buscando resolver o problema da falta de mão de obra, devido ao fim oficial da escravidão negra no país,

^{*} Mestranda em História pelo PPGH UFCG. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado orientada pelo professor Dr. Edson Silva UFPE/UFCG.



tendo como base a economia essencialmente agrária, passando a utilizar a mão de obra indígena, e além disso, garantindo a proteção das fronteiras do país.

A compreensão do processo histórico no qual se desencadearam as emergências étnicas indígenas, depende da análise dos fatores que contribuíram para que acontecessem. Considerando o protagonismo do índio, que imbuído de persistência, percebeu a oportunidade de emergir nesse momento de transição da história nacional, elaborando estratégias² que propiciassem seu ressurgimento. Então, os indígenas se mobilizaram para serem reconhecidos oficialmente, cientes das ações do SPI enquanto órgão estatal responsável pelos indígenas em outras regiões do Brasil. Na condição de anonimato perceberam a necessidade de estabelecer um mediador para tornar possível o diálogo com o Estado e nesse sentido o Padre Alfredo Dâmaso foi essencial para que as relações ocorressem.

Aquele era um período de profundas mudanças, pois estava por vir uma conjuntura de crise em vários âmbitos. O prenúncio de uma fase de transição mais drástica que ocorreria em 1930.

Panorama sociocultural do Brasil nos anos 1920

Construía-se no país uma nova paisagem sociocultural e política intensificada em 1922, quando aconteceu a Semana da Arte Moderna em São Paulo, que mudaria a estética da literatura e das artes no país. Os intelectuais anunciavam o início de uma perspectiva que valorizava aspectos como a liberdade de expressão e autonomia, numa sociedade conservadora. Enquanto outros tinham posturas mais sóbrias e nacionalistas. Portanto, havia problematizações antagônicas em torno da chamada identidade brasileira, também expressada na figura do índio, do negro e da mulata. Enquanto isso, na ótica dos cientistas sociais do período, a permanência dos costumes ligados a origem diversa da sociedade brasileira, representava um atraso para a formação de uma verdadeira identidade nacional para o povo brasileiro.

Ora, ao encararem seu próprio patrimônio cultural, os pesquisadores das Ciências Sociais desse período estavam conscientes da grande heterogeneidade de traços culturais ligados a variedade de grupos étnicos que coexistiam no espaço nacional

²Entendemos o conceito de estratégia na perspectiva de Certeau (2013, p.45): “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.”



que se distribuíam diversamente conforme as camadas sociais. Os traços culturais não configuravam de modo algum um conjunto harmonioso que uniria os habitantes, comungando nas mesmas visões do mundo e da sociedade, nas mesmas formas de orientar seus comportamentos. Complexos culturais aborígenes, outros de origem europeia, outros ainda de origem africana coexistiam. (QUEIROZ, 1989, p.30)

Os cientistas sociais da época, acreditavam que os atrasos e fragilidades da sociedade brasileira eram fenômenos sociais decorrentes das misturas de raças. Porém, a preocupação com a formação de uma identidade nacional não se limitava aos âmbitos culturais e intelectuais, mas também ao político, do qual trataremos mais adiante.

Enquanto isso, na perspectiva dos cientistas sociais, os grupos indígenas no Nordeste brasileiro passavam a ser tratados, tanto pelo Estado, quanto pelos pensadores sociais, como entidades extintas. Tornando-se, nas primeiras décadas do século XX, objeto do interesse acadêmico apenas nas leituras de comentários de textos e gravuras de missionários e viajantes dos séculos XVI a XVIII, onde eram procurados aspectos que permitissem reconstituir antigas repartições geográficas, famílias linguísticas, fragmentos de vocabulários ou ainda para avaliar a "contribuição" destes grupos para o avanço colonial. (ARRUTI, 1995)

Com a extinção dos aldeamentos no Nordeste no final do século XIX e a destituição dos territórios os indígenas deixaram de ser vistos enquanto coletividade e passaram a ser considerados “misturados”. O que excluiu o índio não só de seus direitos étnicos, mas também da historiografia oficial do período e posterior. (OLIVEIRA, 1998)

A Década de 1920: um período de rupturas

Ainda durante o ano de 1922, ocorreram eventos que devem ser considerados marcantes no contexto social e político do país, como a criação do Partido Comunista, o Movimento Tenentista, o Centenário da Independência do Brasil e a sucessão presidencial. Mas, não podem ser esquecidas também, as questões econômicas, que foram fundamentais para impulsionar as mudanças acontecidas nos outros contextos.

Neste sentido, um dos principais eventos no contexto nacional e internacional a ser considerados no período, foi a queda do preço do café fora do país, pois se refletiu na economia interna com altos e baixos, considerando que até então, o Brasil era um país essencialmente agrário. Situação que acabou provocando o aumento da inflação, e ainda, uma crise fiscal. Tornando difíceis ações como manter a economia voltada quase que exclusivamente para o café, acarretando perdas, principalmente no mercado internacional, e isso anunciava a necessidade de uma transição para industrialização nacional.



Contrariando os resultados esperados, ocorria uma expansão no setor cafeeiro e nos setores relacionados, panorama que seguiu até a deflagração da grande depressão de 1929. Não seria possível mais adiar a necessidade de tornar a economia mais complexa, com ações como a diversificação da agricultura e investimentos no desenvolvimento das indústrias de base, ratificando aquele momento de transição pelo qual passava o país.

Na década de 1920, a sociedade brasileira passava por um momento de efervescência e profundas transformações. Mergulhado numa crise, cujos sintomas se manifestavam nos mais variados planos, o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizaram a partir da Revolução de 1930. (FERREIRA; PINTO, 2008, p.389)

No decorrer dos acontecimentos os interesses se diversificavam, assim acontecia um crescimento da classe média e da classe trabalhadora. E essas mudanças provocaram o surgimento de novas perspectivas no quadro político, que até então, era comandado por oligarquias. O sistema político da Primeira República se fundamentava na defesa do federalismo, que unia os grupos dominantes, porém, não se tratava de uma união sólida, principalmente no que se referia ao pacto entre Minas e São Paulo, sem nenhuma segurança. O Cenário político mudava a cada quatro anos, trazendo uma atmosfera instável e imprevisível, fazendo com que o futuro desse pacto fosse incerto. (FERREIRA; PINTO, 2008)

O Governo Federal dependia do sustento das elites políticas, e em troca oferecia seu apoio. Relação provocada pelas diretrizes da Carta Magna de 1891, origens do sistema que recebeu o nome de Federalismo, o qual era alimentado pelo coronelismo nas esferas regionais, funcionando em geral no meio rural, onde o coronel barganhava os votos em troca de favores. Até quando os fazendeiros foram afetados pela crise, que enfraqueceu o poder dos coronéis.

Apesar da implantação da Carta magna de 1891³, isso não significou um rompimento dos procedimentos monárquicos, que permaneciam vivos na mesma. O Brasil passou de Monarquia a República, mas não houve uma preocupação real em dar uma nova roupagem às leis regendo o país. Como é observado no Art. 83: “Continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regime, no que explicita ou implicitamente não for contrário ao sistema do governo firmado pela Constituição e aos princípios nela consagrados”.

No que se refere as eleições, a Constituição estabelecia o voto universal masculino, não-secreto, vetando a participação de menores de 21 anos, mulheres, mendigos, analfabetos, praças militares e membros de congregações religiosas, portanto, limitando drasticamente o número

³Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891.



de cidadãos atuantes no processo eleitoral. Considerando a péssima situação da educação no país; o recente fim da escravidão negra no Brasil, estes, em grande número, analfabetos; assim como os indígenas, que também, em sua maioria, não tinha acesso a educação formal, a Constituição permitia um número reduzido de eleitores no país. E quando problematizada essa situação, percebe-se que não interessava preocupações com políticas favorecendo grupos sociais não participante na escolha dos governantes.

É preciso enfatizar, que a Constituição que ainda vigorava nos anos 1920, se mantinha omissa sobre os povos indígenas. Evidenciando neste período a compreensão de que a população indígena estaria fadada ao desaparecimento, passando a ser incorporada à população nacional. Assim, as políticas governamentais seguiriam nessa mesma linha até final do século XIX e início do XX, quando ocorreram transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas, impelindo o governo a se preocupar em incluir os indígenas em seus planos, em benefício da transição para o regime capitalista. Em 1910 o governo criou o SPI.

Quando surgiu, em 1910, sua intervenção privilegiou Santa Catarina, oeste paulista, Mato Grosso e, a seguir, Amazônia. Seus objetivos: nacionalização do interior, localização (do sentido de fixação) da mão-de-obra, abertura de terras e diminuição dos custos da "fronteira". Seu léxico: grupos isolados, atração, pacificação, fases de aculturação, assimilação-não-traumática. Criado como SPILT - Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Era vinculado ao Ministério da agricultura, Indústria e Comércio e tinha como atribuições, a proteção ao indígena e a fixação de mão-de-obra não-estrangeira no campo, assumindo o perfil de uma agência de colonização. (ARRUTI 1995, p.59-60)

O SPI desempenhou o papel de auxiliar o Estado brasileiro, ainda recuperando-se do fim oficial do trabalho escravo, para a substituição da força de trabalho num país essencialmente agrário. De acordo com Arruti (1995, p.60), “A criação do serviço faz parte da construção burocrático-administrativa que caracterizou a primeira república, marcada pela transição que o Estado brasileiro operava entre o trabalho escravo e as novas formas de trabalho juridicamente livre”.

Deste modo, constatada uma crise na agricultura afetando as classes dominantes após a Abolição da escravidão no Brasil, o Marechal Rondon foi convidado, pelo Ministro da Agricultura, para exercer o cargo de diretor do SPILT, mantendo como colaboradores o Apostolado Positivista Brasileiro e Comissão de Linhas Telégrafas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, na qual também era diretor. Garantiu ainda o uso de conhecimentos estratégicos através de uma participação militar. Mesmo quando em 1918, o SPI perdeu a denominação SPILT - Localização de Trabalhadores Nacionais, permaneceu com a intenção de



transformar o índio em mão-de-obra, integrando-o aos trabalhadores nacionais, ao mercado, sob a justificativa de promover sua auto sustentação, além de uma “evolução” da sua condição de “primitivo” a proletário rural. (ARRUTI, 1995)

Panorama político nos anos 1920

No Brasil, vigorava o sistema Federalista, que, embora promovesse certa autonomia por parte dos estados, era um sistema desigual, no qual São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram privilegiados em detrimento dos demais estados. Porém, até então as disputas aconteciam de maneira controlada até 1920, quando o sistema se encontrava desgastado e os conflitos entre as oligarquias intensificavam-se.

Com as disputas presidenciais em 1922 e a menção a candidatura de Artur Bernardes e Urbano Santos por Minas Gerais e São Paulo, ocorreram discordâncias entre as oligarquias regionais abrindo espaço para “reação republicana”⁴, que de forma diferente do ocorrido anteriormente, não entrava em consenso com os situacionistas. E sobre o entendimento dessas divergências, existem diferentes pontos de vista.

De acordo com Ferreira; Pinto (2008, p 394), existem diferentes pontos de vista sobre a chamada “reação republicana”. Enquanto cronistas da época acreditavam que as divergências aconteceram unicamente por causa da indicação do Vice-Presidente pela chapa oficial, causando uma impossibilidade de acordo entre Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, considerados estados de segunda grandeza, não se conformavam com a escolha de um representante do Maranhão. Por outro lado, autores como Boris Fausto (1982), acreditaram que esse movimento revelaria uma disputa interna entre as oligarquias, provocada por os setores que não estavam ligados a cafeicultura, mas preocupados com a desvalorização da moeda e com a dívida externa devido a política de valorização do café. Enquanto uma terceira vertente enxergava na “reação republicana”, indícios do nascimento de um populismo no Brasil incitado pela figura de Nilo Peçanha.

Porém, novos estudos, acabaram unindo todas essas ideias.

A insatisfação dos estados de segunda grandeza com as distorções do federalismo é alçada assim ao centro da explicação histórica. A reação republicana é interpretada não como uma proposta de ruptura com o modelo oligárquico em vigor, mas como uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a

⁴ Movimento político eleitoral criado em junho de 1921 por forças de oposição, tendo à frente Nilo Peçanha, com o objetivo de disputar as eleições presidenciais previstas para 1º de março de 1922. (FERREIRA, 1993)



participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período. (FERREIRA; PINTO, 2008, p.395)

Esses novos estudos, consideraram a junção de aspectos de ordem política para explicar as divergências dos estados de segunda grandeza com o modelo federalista. Que não representava uma quebra deste sistema, mas uma via alternativa proporcionando a participação destes estados excluídos efetivamente do processo de escolha presidencial. Um modelo não se submetido apenas a vontade dos grandes estados, ao tempo que se preocupasse com uma economia mais diversificada. E, de acordo com essa perspectiva, naquele momento intensificava-se também a intenção das camadas urbanas em se mobilizar, para que a república passasse a ser de todos e não mais, de pouco privilegiados.

As agitações operárias, questionavam a relação entre capital e trabalho nos anos 1910. Nilo Peçanha provocava a reação dessa camada, pregando um sistema educacional que os abrangesse, mas nenhuma de suas propostas era concreta, e nem resolveria um dos grandes problemas da época para dar autonomia a população, principalmente à camada mais baixa, mais atingida pelo coronelismo, através do voto secreto. E assim, através de promessas sem solidez, quando, no Rio de Janeiro, seu estado natal, praticava uma relação oligarca.

Para conseguir seus objetivos, Nilo precisava de apoio das novas camadas sociais e também dos militares, que não lhe negaram esse apoio. Porém, isso não foi o suficiente para evitar a vitória do candidato situacionista Artur Bernardes, fazendo valer os acordos eleitorais da República Velha.

Com a vitória de Bernardes, foi adotada a postura de não estabelecer ou aceitar acordos, obrigando Nilo Peçanha a se retirar do Congresso. As ações presidenciais provocaram um aprofundamento das relações das forças dissidentes com os militares, o que mais adiante incitaria as articulações para o Movimento Tenentista. (FAUSTO, 1997)

A possibilidade de uma intervenção militar no país tornava-se mais concreta. Dantas Barreto, militar e ex-Presidente de Pernambuco articulava-se com Nilo Peçanha, pois suspeitavam de uma possível eclosão de uma crise no estado. Guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal aliaram-se deflagrando a rebelião de 05 de julho de 1924, que ficou conhecida como “Os 18 do Forte de Copacabana”. Porém, a revolta não obteve a adesão necessária para ser vitoriosa. Epitácio declarou estado de sítio no Rio de Janeiro, e os dissidentes escolheram recuar e desarticular-se, resultando em posteriores prisões dos participantes, enquanto o alto comando da Marinha mantinha-se de fora.



Embora a revolta não tenha obtido o sucesso esperado, desencadeou novas articulações, pois promoveu uma empolgação nacional afim de combater as oligarquias que dominavam o país por sucessivos anos, em torno de objetivos pré-acordados. Esquecendo os objetivos iniciais motivadores das ações dos revoltosos, como o combate das oligarquias; a reforma da Constituição; limitação da autonomia local; a promoção da moralização dos costumes políticos; unificação da justiça e do ensino, assim como regime eleitoral e do fisco. (PRESTES, 1997)

Artur Bernardes decretou estado de sítio no Rio de Janeiro, na tentativa de buscar estabilidade para o seu governo. Mediante a essa atitude, a “reação republicana” tentou rearticular os estados dissidentes com os dominantes, procurando evitar uma intervenção do Governo Federal. (FERREIRA, 1993)

Para garantir o controle do estado, o Rio Grande do Sul recorreu a força do Partido Republicano Rio-grandense – PRR. Enquanto aconteciam muitas mudanças na política interna nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, revezando os grupos que estavam no controle. Em julho de 1924, os militares mais preparados, articulavam-se com o objetivo de derrubar Bernardes, tomaram os quartéis e instalaram-se na cidade de São Paulo. E logo depois deslocaram-se para o interior e a partir daí propagaram a revolução em 13 estados sob a liderança de Luís Carlos Prestes, originando a revolta tenentista. Contudo, a ameaça de contestação ao regime foi eliminada e os participantes que resistiram foram para Bolívia e Paraguai.

De acordo com Fausto (1970, p.74) os militares participantes da revolta, em sua maioria pertencia as camadas médias da população. Enfatizando que as classes médias encontraram uma expressão política no movimento tenentista. Mas, deixando claro que quando se referia a classes médias, era difícil diferenciar naquela época, a pequena e média burguesia, então o termo englobava ambas.

Esses militares respondiam aos anseios da classe média devido a suas origens, ~~mas~~ porém era preciso considerar também a intenção de defesa da corporação, bem como, os motivos sociais envolvidos. Assim ocupando um papel de grande importância na quebra do sistema político que vigorava.

É necessário considerar, como, citado que o presidente Bernardes carecia de legitimação em meio aos sucessivos ataques a sua gestão, governada essencialmente em estado de sítio. E ainda, como discutimos no início, desse texto havia a necessidade de criação de uma identidade que reforçasse o espírito nacionalista.



Esse contexto, político, social e cultural propiciou a evidência o trabalho do General Cândido Rondon, utilizava argumentos persuasivos por meio do uso de fotografias, filmes e artigos publicados em grandes jornais, estimulando a curiosidade das elites urbanas sobre os indígenas no Sertão brasileiro. E esse espírito nacionalista era alimentado pelo General, enviando também seus registros ao Presidente Bernardes.

A importância que Rondon atribuía aos registros imagéticos como forma de convencimento pode ser avaliada pelo relatório que a Comissão encaminhou ao Presidente da República, Artur Bernardes, em 1922. São dois volumes contendo mais de quatrocentas fotografias da construção das linhas telegráficas, aspectos de vários povos indígenas e tomadas de cenas do sertão. Depois de vários insucessos utilizando os serviços de um importante estabelecimento comercial de fotografia do Rio de Janeiro, a Casa Muso, Rondon aceitou a proposta de um jovem oficial (também engenheiro) que o acompanhava, então tenente Luís Thomaz Reis, para formar o Serviço Fotográfico e Cinematográfico da Comissão Rondon, em 1912. Nesses relatórios, Rondon enfatizava os trabalhos das linhas telegráficas mas não deixava de mencionar os contatos com os grupos indígenas. (TACCA, 2002, p.190)

Em meio a esse conturbado cenário histórico, em 1924, os indígenas Fulni-ô articulados junto ao Padre Alfredo Dâmaso, conseguiram garantir seu reconhecimento oficial com a instalação de um Posto Indígena do SPI, órgão que apesar de existir desde 1910, até então não atuava no Nordeste. O Posto embora com o propósito de estabelecer um controle sobre a população indígena, para evitar confrontos com os fazendeiros que perseguiram os Carnijó/Fulni-ô, passou a admitir a existência indígena em Águas Belas/PE.

O SPI: dos anos 1930 a 1940

Entre os anos de 1930 e 1940 o SPI esteve vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio e depois passou a fazer parte da Inspetoria Especial de Fronteiras, junto ao Ministério da Guerra, quando em 1936 foi criado um regulamento a fim de nacionalizar os indígenas e incorporá-los como guardas de fronteiras. (ARRUTI, 1995)

Tenho a honra de restituir às suas mãos, o processo relativo a transferência do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o da Guerra, com parecer que me foi sobre o mesmo solicitado. As razões de ordem política, militar e econômica invocadas para justificar a transferência proposta são, ao meu ver, inteiramente fundadas. De fato, entre todos os departamentos da administração pública que convergem seus esforços para o bem estar e o progresso do país, nenhum se encontra em melhores condições de levar o termo e programa de nacionalização integral de nossa vasta população indígena, do que no ponto de vista cívico, e dispondo de pessoal capaz de defender o índio contra o esbulho de invasores e de educa-lo no sentimento vivo de seus deveres para com a Nação. Amparado e dirigido por chefes militares adquirirá o índio facilmente a convicção de que é, acima



de tudo, um servidor de sua pátria, tanto nos labores cotidianos da paz, como nas horas em que porventura se vier a exigir dele sacrifícios maiores. Juarez Távora (1933, p.1)⁵

Como a proposta do SPI, era voltada para “desbravar” o território ainda livre dos avanços agrícolas e “pacificar” os indígenas, com isso diminuía e por vezes excluía a atuação do órgão junto aos povos indígenas habitantes no Nordeste, que vivenciavam um maior período de contato, desde o início da colonização. Deste modo, a condição de índio, seria temporária, e está “superação” seria controlada pelo Estado.

Segundo a carta de Juarez Távora (1933), militar de alta patente responsável pelo comando das forças nordestinas que apoiaram Getúlio Vargas em 1930, a transferência do SPI para o Ministério da Guerra aconteceria afim de garantir o controle da população tutelada sob responsabilidade do Exército, estabelecendo vigilância e nacionalização das fronteiras com ajuda da população indígena que se encontrava nos limites do país. E sobre a população indígena do Nordeste, segundo Távora, “Nos sertões do interior do país não é menor nem menos grave o abandono em que se encontram nossas riquezas assaltadas, a cada passo, por exploradores estrangeiros acorridos de toda a parte no intuito de se apoderarem o mais rapidamente possível, de tão fácil preza”. Portanto, também existia a necessidade de estabelecer a tutela sobre essa população até então, quase que completamente desassistida. Com exceção dos Fulni-ô, que haviam sido reconhecidos oficialmente.

De acordo com Silva (2008, p.20), “A conquista do reconhecimento pelo SPI, porém, não pôs fim aos conflitos por terras, uma vez que o órgão governamental não tinha uma política fundiária para os índios no Nordeste, permanecendo as disputas nos anos seguintes”. Apesar da conquista do reconhecimento étnico, as continuaram as mobilizações indígenas contra as violências nos vários conflitos com os fazendeiros. É importante perceber, que mesmo o indígena tendo conquistado um lugar, e o reconhecimento na legislação, esses direitos são constantemente desrespeitados, quando se trata das práticas diárias.

Considerações finais

Para compreender o contexto histórico no qual aconteceram as emergências étnicas indígenas no Nordeste entre os anos 1920/1940, é extremamente necessário fazer uma análise dos contextos sociopolíticos do ponto de vista macro, nos quais estiveram inseridas. O que

⁵ Carta endereçada ao Presidente Vargas, com cópia ao Padre Alfredo Pinto Dâmaso, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1933. Em posse do Memorial Padre Alfredo Dâmaso, localizado na cidade de Bom Conselho/PE. (1933, p.1)



justifica ainda, a necessidade de uma delimitação temporal para melhor entender certas práticas, sendo também necessário estudar o ambiente em que ocorreram as situações. Assim como, estabelecer uma delimitação temporal para melhor analisar o objeto da pesquisa. (CERTEAU, 2014).

Portanto, é importante entender o processo histórico de ressurgências indígenas no Nordeste contemporâneo, com a inserção dos índios em contextos políticos afim de garantir a efetivação de seus direitos. Mas para isso, é imprescindível compreender também o modo como os índios no Nordeste fizeram de um momento histórico de fragilidade política e social, a oportunidade para superar os entraves para o reconhecimento oficial.

Referências

ARRUTI, J. M. P. A. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: **Estudos Históricos** v. 15, p. 54-94, 1995.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1996.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano v.1: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

_____. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. FGV, v.6, n.11, 1993, p. 09-23.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In: **Mana**, vol.4, nº.1, p.47-77, abr. 1998.

PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. In: **Tempo Social**, Ver. Sociol. USP, 1989, p.29-46.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Campinas, SP, UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado em História Social).



TACCA, Fernando de. **Rituaes e festas Bororo. A construção da imagem do índio como "selvagem" na Comissão Rondon.** In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 45 nº 1, 2002, p.187-219.

Documentação consultada

Carta endereçada ao Presidente Vargas, com cópia ao Padre Alfredo Pinto Dâmaso. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1933. Disponível no Memorial Padre Alfredo Dâmaso, Bom Conselho/PE.